



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 03/2026

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL

Presidente:	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
1.ª Secretária:	- <i>Rita Bárbara Pires Messias</i>
2.ª Secretária	- <i>Aida do Amparo Domingues Palas</i>
Hora de Abertura:	- 10.30 Horas
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente <i>Vitor Manuel Correia</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Cristina Maria Ferreira Passas</i> - <i>Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva</i>
Local da Reunião:	Grande Auditório Do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras entidades convidadas, Comunicação Social, mirandenses aqui presentes e aqueles que nos acompanham através da transmissão *online*.

Quero, em nome de todos os Deputados Municipais, dar-vos as boas-vindas e agradecer a vossa presença nesta Sessão Solene das Comemorações do 25 de Abril, vamos iniciar com o momento musical que a Espoarte nos vai proporcionar e de seguida, começaremos a nossa Sessão.

----- Feita a chamada, passo à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos José da Silva Pires*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Tesoureira *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

O Senhor Deputado *Rui Manuel Teixeira Pires* é substituído pelo Senhor Deputado *Celestino de Jesus Caseiro Morais*;

O Senhor Deputado *Aquilino Gerales da Silva Pereira* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Jouquina Figueiredo de Macedo*;

A Senhora Deputada *Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida* é substituída pelo Senhor Deputado *Manuel Alcino Gomes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Ricardo Miguel Bravo Taberneiro*;

O Senhor Deputado *Jorge Humberto Correia Fernandes* é substituído pela Senhora Deputada *Bruna Patrícia Calé Freitas*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *Ramiro Jorge Mesquita Lourenço* é substituído pela Senhora Secretária *Betina Isabel Mochão Teixeira*.

Registo de Faltas.

Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Joaquim António Morais Clemente, Rui Manuel Teixeira Pires, Aquilino Gerales da Silva Pereira, Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida, Duarte José Ruivo, Fátima Gonçalves Ribeiro, Jorge Humberto Correia Fernandes, Ramiro Jorge Mesquita Lourenço, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Nuno José Gonçalves Nogueira, Rui Filipe Mónico Jaime.



Apresentaram justificação de Faltas:

- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Rui Manuel Teixeira Pires*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Aquilino Gerales da Silva Pereira*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Maria Alexandra Oliveira Santos Almeida*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Fátima Gonçalves Ribeiro*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Jorge Humberto Correia Fernandes*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Ramiro Jorge Mesquita Lourenço*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Claúdia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Nuno José Gonçalves Nogueira*: Sessão de 25 de abril de 2026.
- *Filipe Mónico Jaime*: Sessão de 25 de abril de 2026.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Agradecer à Esproarte, na pessoa do Professor *Gomes*, por este momento extraordinário que nos proporcionou e mais, por vermos que alunos tão jovens que já conseguem criar momentos com música que nos satisfaz. Isto é um sinal extremamente positivo para Mirandela, é sinal que a Esproarte está viva e vai continuar viva e a Assembleia Municipal deseja os maiores sucessos para a Esproarte e queremos vê-la cada vez com mais força. Muito obrigado por este momento extraordinário

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

Apresento os meus cumprimentos e desejo-vos um excelente dia de 25 de Abril. Agradeço também à Esproarte pelo excelente momento musical que nos proporcionou e pela mensagem que nos deixou, lembrando os valores de Abril. É um orgulho para Mirandela termos a Esproarte. Muito obrigada e continuação de muito sucesso.

Não se registam intervenções do público.

ORDEM DO DIA

2 - Sessão Solene do 25 de Abril.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

Portugal construiu-se ao longo de séculos, com momentos decisivos como o Tratado de Zamora, o Tratado de Alcanizes e de forma particularmente marcante, a Revolução dos Cravos. O 25 de Abril devolveu-nos a liberdade e instituiu um regime assente na democracia, no pluralismo e na participação, mas importa sublinhar, a democracia não vive apenas de memória, vive de ação e essa ação concretiza-se em grande medida, no poder local. Foi através das autarquias que se transformaram os territórios, que se melhoraram as condições de vida e que se aproximou o poder das pessoas.

Também em Mirandela esse trabalho foi feito, com dedicação e com sentido de responsabilidade. Importa, por isso, reconhecer todo o percurso realizado, mas governar é, acima de tudo, olhar em frente e olhar em frente exige realismo, exigência e compromisso. Temos desafios importantes pela frente, como todos sabem, no abastecimento de água, no saneamento, nunca é demais lembrá-lo, na mobilidade e nas ligações estruturantes, na habitação, na atração de investimento e na valorização dos nossos recursos endógenos. Desafios que nós não ignoramos, desafios que estamos a enfrentar e para os quais estamos a construir soluções e é este o compromisso de quem governa, não prometer tudo, mas trabalhar todos os dias para o concretizar.



Senhoras e Senhores, a Assembleia Municipal tem um papel essencial nesse processo. É o espaço do escrutínio democrático, mas é também um espaço de responsabilidade partilhada. A divergência faz parte da democracia, mas o interesse do concelho deve estar sempre, sempre, acima de qualquer diferença política. Precisamos de exigência, sim, mas também de sentido de construção. Precisamos de crítica, sim, mas também de propostas, porque assim se reforça a confiança dos cidadãos nas instituições.

Assinalar o 25 de Abril nesta Assembleia é reafirmar um compromisso, o compromisso com a liberdade, o compromisso com a democracia e o compromisso com o serviço público. Um compromisso que parte de quem assume responsabilidades executivas e se traduz em ações concretas, diárias e orientadas para resultados, com consciência do caminho feito, com determinação perante os desafios e com confiança no futuro, porque a democracia não se esgota em palavras, afirma-se nas decisões e na concretização no terreno.

Viva o 25 de Abril.

25 de Abril sempre.

Viva o poder local democrático.

Viva Mirandela.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA FREITAS* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

Assinalam-se hoje os 52 anos do golpe militar encabeçado pelo Movimento das Forças Armadas, que pôs fim a 48 anos de ditadura. Foi esse mesmo movimento que, cansado e desgastado por 13 anos de uma Guerra Colonial sangrenta, deu início à última revolução socialista da Europa, numa tentativa de prolongar o ímpeto progressista do maio de 1968. Foi este o resultado da insistência em manter um império ultramarino anacrónico, baseado na exploração colonial e na pilhagem de recursos de outros povos, numa lógica totalmente contrária à onda de descolonização que se vinha desenvolvendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A primeira consequência do 25 de Abril, além do fim da guerra, foi o desmantelamento das estruturas políticas e económicas do Estado Novo. Depois, a libertação dos presos políticos, o fim da censura e da PIDE, o regresso de exilados políticos como *Álvaro Cunhal* e *Mário Soares*, a formação de partidos políticos e a legalização de um, o PCP, que sempre fora o inimigo número um do regime fascista e que estava ilegalizado desde 28 de maio de 1926.

Os meses que se seguiram ao golpe constituem o período mais democrático e participado da contemporaneidade portuguesa, com a mobilização de amplos setores da população em busca do que não tiveram nos 50 anos anteriores, liberdade de falar e pensar, trabalho com salários dignos, casas em vez de barracas, uma educação liberta da máxima “Deus, Pátria e Família”, direitos reprodutivos para as mulheres e cultura popular. Formaram-se comissões de trabalhadores, comissões de moradores e associações culturais. Empresas como a Sogantal e a Sorefame ficaram sob controlo operário, ou seja, experienciaram a autogestão numa clara manifestação de democracia plena. No fundo, a instituição de uma democracia plena e alargada sempre foi o objetivo das forças revolucionárias do PREC, apesar de a memória reacionária da Revolução nos dizer exatamente o contrário.

No caso particular de Mirandela, a Revolução também passou por aqui, não só pela presença do MFA na campanha Maio-Nordeste e na Operação Nortada, mas também pela visível participação popular neste processo. Salientar isto não é apenas um exercício de memória, mas também de futuro, para que não nos esqueçamos, por exemplo, da comissão de moradores da Ribeirinha, que pedia ao MFA a construção de uma biblioteca, ou de um grupo de jovens revolucionários que ocupou uma casa abandonada nos Passos com o sonho de a transformar num centro de convívio popular, ou ainda dos inúmeros pedidos de saneamento, calçamento de ruas, água canalizada, eletricidade, assistência médica e obras em casas deterioradas.

O poder local democrático, que este ano celebra 50 anos, fez-se da participação do povo que, embora tivesse sido ensinado a ficar calado, decidiu fazer precisamente o contrário e exigir aquilo a que tinha direito. É certo que nem todos os direitos se cumpriram na sua plenitude e a viragem neoliberal do nosso país, a partir da década de 80, é prova disso, uma integração europeia feita à medida dos países com economias mais desenvolvidas, a perda da soberania nacional, a submissão aos interesses de uma elite de burocratas ao serviço do capital e as privatizações. Tudo isto foi possível graças à completa e total rendição da social-democracia aos interesses do capital, do imperialismo e da guerra.

Para aqueles que dizem ser patriotas ou nacionalistas, recordamos o que *Vasco Gonçalves* disse há 50 anos, numa visita às instalações da Sorefame: “*A pátria não é uma entidade abstrata, não é uma entidade mítica. A pátria é constituída por todo o povo de carne e osso que vive o dia a dia, que sofre e que tem alegrias.*” Vender o país e alienar os setores produtivos da nossa economia não é ser patriota nem nacionalista; é ser vende-pátrias. E a pátria não se vende.

Os direitos que ainda não se cumpriram estão consagrados naquilo que é, nas palavras de *Álvaro Cunhal*, o retrato mais fiel da Revolução Portuguesa, a Constituição, fruto do 25 de Abril e das aspirações de um povo e hoje sob ameaça de mais uma revisão constitucional. Uma das razões pelas quais chegámos a este ponto é fruto de uma estratégia deliberada de afastamento do povo da sua lei fundamental. Porquê? Porque a nossa Constituição assumiu, desde o primeiro momento, uma clara intenção de construir um sistema económico misto, de orientação socialista e progressista, salvaguardando os direitos do povo e separando inequivocamente o poder político do poder económico.

Celebrar o 25 de Abril significa também termos consciência das nossas potencialidades enquanto país, guiado por uma Constituição que, na sua essência, cristaliza o impulso revolucionário do PREC e imprimiu uma orientação claramente socialista à construção de um país novo, mais justo, mais livre, mais soberano e mais independente.

Os tempos que se avizinham não serão fáceis para os verdadeiros democratas, ou para todos aqueles que ainda se reveem no espírito de Abril e sim, temos que ousar estar em minoria outra vez. Só assim será possível a defesa dos valores básicos que sustentam a nossa democracia, o trabalho, a saúde, a habitação, a educação, a mobilidade e não menos importante, a solidariedade



internacionalista para com todos os povos explorados e oprimidos. Por Abril, será necessária a luta contra a exploração dos trabalhadores e pela justa redistribuição dos lucros do capital.

É preciso, mais do que nunca, recuperar as utopias e exigirmos o que é nosso, enquanto classe trabalhadora temos direito a ter uma vida decente, temos direito a ter salários dignos, temos direito à saúde, à educação, a ter uma casa para viver, a ter tempo livre para estarmos com os nossos pais, os nossos filhos e os nossos amigos.

Tal como aconteceu ao longo de 24 meses de processo revolucionário, estas conquistas só se alcançam se os que são menos privilegiados se unirem em torno da mesma causa, abrindo caminho à consciência de classe e a um posicionamento claro perante as injustiças que não nos deixam evoluir.

Termino com umas palavras do poeta *Manuel António Pina*, que todos os patriotas devem conhecer: “*Ainda não é o fim, nem o princípio do mundo. Calma, é apenas um pouco tarde.*” Para vos lembrar que, apesar de nadarmos em contracorrente, continuaremos a resistir, porque a nossa lição é essa.

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.

Viva Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, Portugal despertou para pôr fim à mais longa ditadura da Europa Ocidental. Durante mais de quatro décadas, o Estado Novo governou o país através do controlo, da censura e do medo. Não havia imprensa livre, não havia eleições verdadeiramente livres, não havia alternância democrática. Havia uma polícia política que perseguia, prendia e torturava quem ousava discordar, mas a falta de liberdade política não era a única prisão dos portugueses, éramos também um país pobre, atrasado, desigual e sem oportunidades.

Centenas de milhares de portugueses foram obrigados a emigrar, sobretudo nas décadas de 50 e 60. A “mala de cartão” tornou-se o símbolo doloroso de gerações inteiras que tiveram de abandonar a sua terra para procurar no estrangeiro a dignidade e o sustento que Portugal lhes negava e como se tudo isso não bastasse, o regime arrastou ainda o país para uma guerra colonial longa, traumática e insustentável, interrompendo a juventude e a vida de milhares de portugueses. Até que o limite foi atingido e um grupo de homens corajosos decidiu pôr fim ao estado a que o país tinha chegado, adaptando aqui a mítica frase de *Salgueiro Maia*. Com isso, devolveram-nos a liberdade.

Passaram 52 anos desde esse dia maior da nossa história contemporânea e para muitos dos que hoje constroem o nosso país e o nosso concelho de Mirandela, o 25 de Abril já não é uma memória vivida, é um capítulo de um livro, uma fotografia a preto e branco, é um testemunho contado pelos nossos pais e avós.

Curiosamente, entre todos os que hoje aqui discursam nesta sessão solene, serei provavelmente um dos poucos que não viveu o 25 de Abril. Para a minha geração, a ditadura, a censura e a polícia política são realidades que conhecemos apenas pelos livros, pelos documentários ou pelos relatos emocionados de quem as viveu.

Eu sou, por natureza, um herdeiro da liberdade, mas precisamente por ser herdeiro e não conquistador direto, sinto ainda mais o dever de dizer isto com clareza, nem eu, nem a minha geração, podemos tomar a liberdade por garantida, porque a liberdade não funciona como um interruptor que ora liga, ora desliga, a liberdade assemelha-se muito mais a um termóstato, pode estar viva, plena e vibrante, ou pode ir arrefecendo grau a grau, lentamente, quase sem darmos conta, o que nos faz perder liberdades ao longo do tempo.

Perdemos graus de liberdade quando, em Mirandela e no restante interior, os jovens continuam a ser empurrados para fora da sua terra, quando olhamos em volta e percebemos que o talento, a energia e a inovação dos nossos jovens são exportados para os grandes centros urbanos ou para o estrangeiro, quando muitos gostariam de ficar, mas não encontram condições para construir aqui a sua vida. Cada jovem que parte contra vontade própria, é futuro que se adia.

Perdemos graus de liberdade quando o acesso a cuidados de saúde céleres e de qualidade depende do código-postal onde se vive. Quando uma família tem de percorrer dezenas ou centenas de quilómetros para ter acesso a uma urgência ou a um especialista, porque o Estado falha na hora de garantir o mais básico.

Perdemos graus de liberdade quando ainda há quem guarde para si críticas ou opiniões por receio das consequências no seu percurso profissional ou pessoal, quando a dependência perante a máquina do Estado, ou face aos poderes instalados, se torna tão asfixiante que o cidadão comum prefere o silêncio à liberdade de falar.

Perdemos graus de liberdade quando um pequeno empresário, um agricultor ou um comerciante perde meses afogado em burocracia, licenciamentos e exigências absurdas apenas para poder trabalhar e criar riqueza.

Esta perda de liberdade raramente chega de repente. Aparece devagar, aparece em silêncio, aparece disfarçada de normalidade e esconde-se atrás do “*sempre se fez assim*” e é por isso que exige de nós uma atenção e uma vigilância que não pode nunca adormecer.

Temos a responsabilidade de, em primeiro lugar, nunca esquecer, a de ter a clareza e a inteligência de saber que, por muitas imperfeições que a nossa democracia tenha, ela será sempre infinitamente preferível à escuridão da ditadura, do pensamento único e do medo. Mas há uma segunda responsabilidade, que é talvez a mais difícil para muitos, não deixar que o 25 de Abril se transforme num mero exercício anual de nostalgia e saudosismo. Não deixar que a democracia seja apropriada por alguns como se tivesse donos, mas a verdade é que o 25 de Abril não tem donos, aliás, o 25 de Abril acabou com os donos de Portugal.

Abril trouxe-nos as liberdades fundamentais. Deu-nos saúde, deu-nos educação, mas trouxe-nos também um direito que, por vezes, o poder político tem dificuldade em abraçar. Que é o direito e o dever de exigirmos mais de quem nos governa, exigir mais



significa rejeitar a estagnação como um destino inevitável, significa lembrar todos os dias, a quem se senta nas cadeiras do poder, seja em Lisboa, seja em Mirandela, que o Estado deve servir o cidadão.

Quem governa não nos faz um favor quando constrói uma obra ou aprova um apoio, está apenas a cumprir o seu dever e a gerir aquele que é o nosso dinheiro. Quem governa deve servir, prestar contas e aceitar o escrutínio e é nesta Casa, a Assembleia Municipal, que essa exigência tem de se fazer ouvir. Nós fomos eleitos para escutinar, nós fomos eleitos para fiscalizar, nós fomos eleitos para representar os mirandelenses. A verdadeira homenagem que podemos prestar aos que lutaram pela democracia é exercê-la em pleno, sem medo, sem conformismo e sem reverência ao poder.

Caros mirandelenses, há 52 anos Portugal iniciou um caminho assente em três pilares fundamentais, democratizar, descolonizar e desenvolver. Hoje, mantendo a força simbólica dos três “D”, os desafios do presente exigem novas prioridades.

O primeiro pilar deve ser desestatizar, porque o Estado continua pesado, demasiado lento e demasiado intrusivo na vida das famílias e das empresas. Desestatizar significa deixar que as pessoas fiquem com a maior parte do salário que conquistaram com o seu trabalho. Significa confiar na iniciativa privada e no mérito individual. Significa confiar na capacidade empreendedora dos portugueses, em vez de os asfixiar com regras que só travam a nossa economia, mais liberdade económica é sinónimo de mais prosperidade social para todos.

O segundo pilar deve ser descentralizar, porque o afastamento do poder do indivíduo e a excessiva concentração do mesmo em Lisboa geram desequilíbrios de oportunidades, desigualdade territorial, desperdício de talento e distância entre a decisão e a realidade.

Em Lisboa, a muitos quilómetros de distância, não se conhecem verdadeiramente as dores, os desafios e o potencial de Trás-os-Montes. Descentralizar a sério não é apenas atirar tarefas pesadas para as autarquias, é transferir poder real de decisão e autonomia financeira, é permitir que Mirandela possa ser competitiva, capaz de atrair investimento e de decidir o seu futuro com mais liberdade e autonomia.

E o terceiro pilar terá de continuar a ser desenvolver, porque Portugal continua atrasado em comparação com a maioria dos restantes países da Europa e muito aquém do seu potencial desenvolvimento. Desenvolver implica ambição, implica rejeitar o papel de país de salários baixos e crescimento medíocre. Desenvolver Portugal e Mirandela é garantir que o nosso futuro não passa apenas por distribuir fundos europeus, mas por criar riqueza duradoura, é apostar em oportunidades de emprego qualificado, inovação, cultura e qualidade de vida. É dar aos nossos jovens razões para ficar e razões para regressar.

O 25 de Abril não foi um ponto de chegada onde nos podemos sentar e contemplar o passado. O 25 de Abril foi o nosso ponto de partida rumo a um futuro que pode ser mais próspero, esse futuro de Portugal, de Mirandela, continua por escrever e só depende da coragem que tivermos para o construir. Contem comigo e com a Iniciativa Liberal para ajudar nessa transformação.

Viva os que lutaram pela liberdade.

Viva a todos que honram essa herança.

Viva o 25 de Abril.

Viva Mirandela.

Viva a liberdade.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Como introdução eu lembrava que hoje estamos a comemorar os 52 anos do 25 de Abril acima de tudo, porque, se não fosse o 25 de Abril, não teríamos uma nova Constituição, que faz 50 anos e não tínhamos as eleições livres para o Poder Local, que também celebra 50 anos, por isso, coloquei como título: “52 anos do 25 de Abril de 1974”.

Foi a 25 de Abril de 1974 que se deu a Revolução em Portugal, também conhecida pela Revolução dos Cravos, com ela foi derrubado o regime de *Salazar Caetano*. Dá-se a viragem, isto é, a transição para a democracia, termina a Guerra Colonial, são instauradas as liberdades fundamentais. O país, a sociedade portuguesa transforma-se numa sociedade democrática e participativa. O estabelecimento de uma democracia ganhou prioridade, embora com dificuldades. Foi o fim da PIDE, foi o emergir das eleições livres, da liberdade de expressão, da democratização do ensino, do acesso à saúde, de uma maior igualdade social e a melhoria das condições de vida. Estes e outros aspetos, como a conquista dos direitos das mulheres e das crianças, foram sendo realizados, embora com obstáculos e contradições.

Houve, por isso, muitas conquistas realizadas, quer a nível nacional, quer local. Conquistas importantes e decisivas para a evolução da vida em sociedade, porém, outros aspetos menos bons foram surgindo, tornando o 25 de Abril uma má lembrança para algumas pessoas deste país à beira-mar plantado. Referimo-nos, por exemplo, à descolonização, que atingiu dramaticamente milhares de retornados, que tiveram de abandonar as nossas então colónias, muitos deles com traumas, sem os seus bens, sem o fruto do esforço e do trabalho que já tinham realizado. Por isso, questionamo-nos, o sonho dos Capitães de Abril e dos portugueses está a ser cumprido? Os anseios da sociedade portuguesa foram satisfeitos? Há em Portugal, em 2026, uma consciência plena de que os valores do 25 de Abril estão a ser implementados, que esses valores estão a dar bons frutos para todos e que, 52 anos depois, a democracia não está em perigo? A resposta clara e evidente é, apesar de tudo, valeu a pena.

Contudo, a realidade é bem diferente daquilo que se pretendia com o 25 de Abril. As contradições que vivemos e assistimos, que sentimos até, fazem-nos concluir que os valores do 25 de Abril nem sempre são lembrados e aplicados, são, por vezes, muito maltratados e postos em causa.

Quase metade dos portugueses, 49,7%, dizem-se muito pouco ou nada satisfeitos com o que está a acontecer agora e com a falta de respeito para com as conquistas do 25 de Abril. A corrupção, o extremismo, as pisadelas que dão à democracia, as formas demasiado autoritárias e ditatoriais com que muitos responsáveis políticos por órgãos democraticamente eleitos exercem as suas funções, são motivos de preocupação.



O partidarismo exacerbado, o clientelismo, a confusão no exercício das múltiplas funções públicas, que chocam com os interesses pessoais noutras funções e partidários muitas vezes, são outros golpes nos ideais da Revolução dos Cravos.

Se a grande maioria dos portugueses até adere às consequências positivas que a introdução da democracia trouxe, há uma clara desilusão no funcionamento da democracia em Portugal, a prova-lo está o aparecimento de alguns populismos e uma dispersão de ideologias que vão surgindo, confundindo o próprio povo.

Deparamo-nos com uma variedade ideológica de eleitos, quer a nível local, quer a nível nacional, o que, se por um lado, parece positivo e se insere dentro do pluralismo de ideias e da liberdade de expressão e pensamento, por outro vai complicar o exercício da democracia, porque quem está habituado a ficar no poder não repara neste fenómeno, porque julga que a democracia é só para os partidos grandes, ou que o exercício do poder é só para os dois maiores partidos, numa clara bipolarização da sociedade portuguesa, esquecendo as restantes ideologias e muitas vezes, perseguindo as ideologias dos movimentos de cidadãos, lutando contra elas de uma forma antidemocrática, nas críticas sectaristas, nas comparações limitativas, nas redundâncias do desespero, ou da crítica ofensiva.

Nestes casos, encontramos responsáveis às vezes aqueles que se julgam os mais identificados com os valores de Abril, a não estarem preparados para enfrentar os novos desafios, a não estarem preparados para enfrentar a diversidade de opiniões, nem a sua representatividade.

Perguntamos, será que é democracia os dois partidos tradicionais portugueses, que mais votos têm tido, fazerem acordos/arranjos de divisão dos cargos por eles os dois e só por eles os dois, apoiando-se mutuamente nas votações para que só eles estejam representados, esquecendo outros com votações significativas, como aconteceu nas últimas eleições para as CCDR's? Nós pensamos que não é justo nem democrático. Estes exemplos negativos proliferam por todo o país, desde as autarquias, até ao Governo da Nação.

Por outro lado, a democracia e a liberdade de expressão não são postas em causa quando se quer reduzir o tempo de intervenção de cada Deputado Municipal, impedindo-o de participar em todos os pontos da ordem de trabalhos, porque não lhe é dado o tempo suficiente? Ainda bem que, na última Assembleia Municipal em Mirandela, se optou pelo Regimento em vigor e não pela nova tabela reduzida de tempos que era proposta.

Será democracia e liberdade de expressão quando os Deputados Municipais assistem a comentários e avaliações sobre as suas intervenções e até sobre as do público, por parte dos responsáveis pela condução dos trabalhos da Assembleia? Porque não respondem às perguntas que lhes são colocadas por quem intervém nessas reuniões e só a essas, sem mais acrescentos?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, permita-me que hoje e aqui, que comemoramos os 52 anos do 25 de Abril de 1974, lhe peça que não tenha stress de fazer as reuniões “em modo avião”, colocando o tempo em primeiro lugar e a necessidade de um debate frontal, calmo e esclarecedor para segundo plano.

A Assembleia Municipal existe para que os representantes do povo e o próprio povo participem livremente no debate de cada um dos pontos da ordem de trabalhos, sem qualquer constrangimento, com a calma necessária para que os trabalhos sejam profícuos, a bem de Mirandela e dos mirandelenses. Deixe intervir quem quer e se inscreve para tal, sem fazer comentários, ou avaliações pejorativas por vezes, sem condicionar, desta ou de outra forma, essas intervenções. Respeitar as diferenças, as opiniões de cada um é também um princípio do 25 de Abril de 1974.

Para finalizar, queríamos aqui trazer à lembrança uma frase que *Ramalho Eanes* disse e passo a citar: “*abril ofereceu as liberdades, mas esqueceu-se de criar cidadãos.*” Parece que, infelizmente, é isso que acontece, então, cabe-nos a nós todos ajudar a formar esses cidadãos e para tal, devemos dar bons exemplos, em que cada um não saia fora das suas funções, em que cada um respeite a opinião do outro, em que cada um não veja em nós o desvio aos valores do 25 de Abril, mas sim o respeito por esses valores.

Terminamos conscientes de que os 52 anos do 25 de Abril de 1974 valeram a pena, pois acalentamos a esperança de que as melhorias que é necessário fazer para que a chama do 25 de Abril, da Revolução dos Cravos se mantenha e continue viva, venham a acontecer brevemente e rapidamente.

Viva o MOVE Mirandela.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.

Viva o 25 de Abril de 1974.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Senhoras e Senhores, o 25 de Abril abriu um processo político que ainda hoje nos responsabiliza. Foi o momento em que um país rompeu com a ditadura do Estado Novo e assumiu o desafio de construir uma democracia assente na liberdade, na responsabilidade e na participação dos cidadãos, mas há uma exigência que importa não esquecer: a democracia não vive de comemorações, vive da forma como governamos, decidimos e respondemos aos problemas concretos das pessoas.

Permitam-me, por isso, organizar esta intervenção em torno de três ideias, a democracia como construção histórica exigente, os valores da República, liberdade, igualdade e fraternidade, enquanto compromisso político e a necessidade de uma governação forte, responsável e enraizada no território. A democracia não nasceu pronta, foi construída. Na Atenas clássica com Clístenes e Péricles, onde surgiu uma primeira experiência de participação direta, limitada, é certo, mas fundadora.

Séculos mais tarde, em Inglaterra, a Magna Carta de 1215 surge como um acordo entre o Rei *João* e os Barões, num contexto de forte conflito político e fiscal. Mais do que um simples documento, representou uma rutura conceptual, estabeleceu que o Rei não podia governar de forma arbitrária, ficando sujeito à lei. Introduziu princípios que viriam a tornar-se centrais na tradição constitucional, como a proteção contra detenções ilegais, a garantia de julgamento justo e a ideia de que a tributação exigia consentimento.



Em Portugal, esse caminho fez-se de forma distinta, mas com uma lógica convergente. Nas Cortes medievais, como as de Leiria de 1254, no reinado de Afonso III de Portugal, afirma-se a participação dos concelhos e a necessidade de ouvir os diferentes corpos do reino. Mais tarde, já no século XIX, com a Revolução Liberal de 1820 e a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822, dá-se um passo decisivo, o poder deixa de ser absoluto e passa a estar formalmente limitado por uma lei fundamental assente na soberania da nação. Não era ainda democracia, estava longe disso, mas em todos estes momentos, afirmava-se uma ideia essencial, o poder não é arbitrário, deve estar sujeito à lei.

Com as revoluções modernas, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, essa ideia ganha uma nova dimensão, o poder passa a ser legitimado pelo povo, exercido com limites, regras e responsabilidades.

Em Portugal, essa linha histórica culmina no 25 de Abril de 1974, mas importa dizê-lo com clareza, o 25 de Abril não resolveu tudo, abriu caminho, criou condições, deu-nos liberdade política e com ela, a obrigação de construir um Portugal mais equilibrado. Mas essa construção não foi, nem é, igual em todo o território. Nos territórios do interior, hoje designados de baixa densidade, a democracia enfrenta desafios estruturais, perda de população, envelhecimento, afastamento dos centros de decisão e redução de serviços públicos. Isso não é apenas um problema económico ou social, é um problema democrático, porque uma democracia onde o Estado se afasta é uma democracia que enfraquece.

A democracia assenta em valores, os quais não são abstratos. A introdução institucional e constitucional, a Constituição da República Portuguesa define-nos como um Estado de direito democrático assente na dignidade da pessoa humana, na soberania popular e no respeito pelos direitos fundamentais. Não é uma declaração simbólica, é um compromisso político exigente. Liberdade é o primeiro desses valores e aqui importa recuperar uma tradição portuguesa que muitas vezes esquecemos.

Pensadores como *Alexandre Herculano* defenderam uma ideia de liberdade assente na responsabilidade, na limitação do poder e na centralidade das instituições, mais tarde, figuras como *Francisco Sá Carneiro* afirmaram uma liberdade política inseparável da dignidade da pessoa e da exigência de um Estado que serve, não que domina. Esta tradição lembra-nos algo essencial: liberdade não é ausência de Estado, é um Estado limitado, mas eficaz. Um Estado que garante direitos, protege os cidadãos e assegura condições reais de participação.

Depois, igualdade, não como uniformização, mas como igualdade de dignidade e de oportunidades, um princípio constitucional claro, que rejeita qualquer forma de discriminação e aqui o interior coloca-nos um teste exigente: se o acesso a serviços, oportunidades e representação é desigual, então a igualdade é apenas formal.

E finalmente, fraternidade ou, se quisermos, solidariedade, um princípio igualmente presente na nossa Constituição quando afirma o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária. A fraternidade é aquilo que impede a democracia de se fragmentar, é o reconhecimento de que pertencemos a uma comunidade política e territorial. Sem esse sentido de comunidade não há coesão e sem coesão não há democracia sustentável.

Se a democracia se afirma ao nível nacional, é ao nível local que ela se vive de forma mais concreta. É nas autarquias que os cidadãos sentem mais diretamente o impacto das decisões públicas. E, no interior, muitas vezes, a autarquia é o próprio Estado. É aqui que os movimentos independentes assumem relevância, porque trazem proximidade, conhecimento direto do território e uma relação menos mediada com os cidadãos. Não substituem os partidos, nem devem substituir, mas introduzem pluralismo, exigência e responsabilidade e isso fortalece a democracia.

No interior, a proximidade não é um luxo, é uma necessidade. Quando os serviços encerram, quando as decisões são tomadas longe, quando a representação se dilui, o problema deixa de ser apenas administrativo, passa a ser político e, no limite, democrático. A democracia não se mede apenas pela capacidade de eleger, mede-se pela capacidade de governar e este é, talvez, o ponto mais exigente, sem governabilidade não há resposta, sem resposta não há confiança e sem confiança não há democracia que resista.

Governar implica decidir, assumir responsabilidades e executar políticas com eficácia. No interior, isto é ainda mais crítico, porque aqui governa-se com menos escala, menos recursos e maior pressão demográfica, mas também com maior proximidade e maior responsabilidade. Importa dizê-lo com clareza, quando o Estado falha no interior, não falha apenas enquanto administração, falha enquanto projeto democrático. A perda de população, o encerramento de serviços e a perda de relevância territorial são sinais de fragilidade democrática.

Uma democracia madura não pode aceitar um país a duas velocidades. A coesão territorial não é uma política opcional, é uma condição de legitimidade democrática. Se queremos uma democracia forte, precisamos de instituições que funcionem, de decisões que produzam resultados e de políticas que cheguem a todo o território. Mas isso exige mais do que boas intenções, exige capacidade de decisão próxima dos territórios, responsabilidade política efetiva e um Estado que não esteja excessivamente concentrado. E aqui importa assumir com clareza uma questão de fundo: a organização do Estado tem impacto direto na qualidade da democracia.

Um país excessivamente centralizado tende a produzir decisões distantes, menos ajustadas e, muitas vezes, menos eficazes. Por isso, discutir a reforma do Estado, incluindo a sua organização territorial, não é um exercício técnico, é uma exigência democrática. Não se trata apenas de redistribuir competências, trata-se de garantir que o poder está onde deve estar: mais próximo das pessoas, mais responsabilizado e mais capaz de responder. Sem essa capacidade de adaptação institucional, a coesão territorial continuará a ser um objetivo proclamado, mas dificilmente concretizado.

Defender o interior não é um ato de solidariedade, é um imperativo democrático. O 25 de Abril deu-nos liberdade, mas a forma como usamos essa liberdade define a qualidade da nossa democracia. Hoje, em Mirandela, essa responsabilidade é particularmente clara, porque aqui sente-se com maior intensidade aquilo que está em causa, a presença do Estado, a eficácia das instituições e a capacidade de construir futuro.

Honrar o 25 de Abril não é repetir palavras, é garantir resultados, é assegurar que a liberdade tem conteúdo, que a igualdade é efetiva e que a fraternidade se traduz em coesão territorial. Porque não há democracia plena onde o território é abandonado e não há Portugal sem interior.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.



Viva o 25 de Abril.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

Senhor Presidente, é com alguma emoção que começo agora aquela que será seguramente a minha última intervenção na circunstância da Comemoração do 25 de Abril. E será assim agora, por isso que a marcha do tempo é inexorável.

De todas as vezes que me foi lançado este desafio, e foram várias, sempre afirmei, e agora reitero, sentir alguma dificuldade na abordagem do tema, dificuldade em falar sobre o 25 de Abril, quer pela diversidade de matérias com ele conexas, quer pelas diferentes perspetivas em que a abordagem pode ser feita e ainda pelo risco que a dissertação sobre este acontecimento comporta de poder defraudar o sentido da História, escamotear o essencial, prestando assim um péssimo serviço, sobretudo às gerações mais jovens que não viveram o evento.

Falar do 25 de Abril, que alguns poucos se quiseram apropriar, felizmente sem êxito, e os que se quiseram apropriar do 25 de Abril ainda hoje falam de outro 25 de Abril, o que dividiu os portugueses no passado e continuaria a dividi-los agora. Parece, pois, justo relembrar o 25 de novembro e a justa homenagem ao capitão *Salgueiro Maia* e a outros pelo decisivo contributo que deram para a consolidação do 25 de Abril, travando o projeto totalitário que estava em marcha.

Senhor Presidente, celebramos hoje o 25 de Abril como, de resto, o fizemos todos os anos. Agora, com a particularidade de celebrarmos já 52 anos, num contexto político que não é, nem de longe nem de perto, o que se verificava há uma meia dúzia de anos. É muito tempo? Perguntar-se-á. É bastante, sendo certo que alguns dos que aqui estão ainda não existiam à data ou nasceram pouco antes e, por isso, vão alimentando a sua curiosidade e conhecimento através daquilo que, ao longo dos anos, se tem escrito e sobretudo muito do que se tem dito sobre o 25 de Abril. Mas ainda não é tempo suficiente para que a história se faça com o maior rigor, relatando os factos mais salientes e determinantes deste evento, quer os que o antecederam, quer os que lhe seguiram.

Senhor Presidente, afigura-se adequado que aqui tente fazer, modestamente, uma abordagem do 25 de Abril em nome do futuro, sem que isso implique esquecer ou renegar o passado. Em nome do futuro que esteja à medida de um povo e de uma nação que construíram, sabe Deus com dificuldades, em rasgo de determinação, persistência e vontade a sua História, a nossa História. E aí, eu cito: *“podíamos começar por Dom Afonso Henriques, passando pela aventura dos Descobrimentos até ao desastre de Alcácer-Quibir, às expedições africanas de Serpa Pinto e Mouzinho, deixando aqui e ali, em toda a parte, a marca indelével da nossa presença e da nossa cultura. Há que ler a História sem devoções acríticas e sem derrotismo. E, se o fizermos, verificaremos que foi criada uma cultura nova, que consolidou o europeu nos trópicos, fazendo próprio o lugar onde chegou, contudo, integrando-se nele.”*

Parece útil recordar este passado mais distante, tarefa que se impõe sobretudo àqueles a quem cabe fazer a História. E esta só será bem feita se não faltar a coragem para passar o testemunho. É inquestionável a relevância e importância das lições da História, quer pelos exemplos que devem repetir-se, quer pelos erros que têm de evitar-se. E são os factos passados que vão moldando a identidade das pessoas e dos povos, aquilo que é a sua personalidade e que os distingue dos outros. No século passado, os ventos da História sopravam um movimento anticolonial e daí que fossem ruindo alguns dos impérios, como o espanhol, o francês e o inglês. Portugal não acompanhou ou não reconheceu esses ventos, talvez porque, tendo uma História diferente, tinha mais a perder, sendo certo que a conjuntura, aliada a um poder político descrente, fez com que os ventos soprassem mais fortes.

Com o 25 de Abril ficam as portas escancaradas para uma descolonização orientada ideologicamente e que não salvaguardou devidamente os interesses daqueles que vieram e dos que ficaram. Remontamos assim ao 11 de março de 1975, em que o país foi declarado a caminho do socialismo, isto quando na União Soviética já se adivinhava claramente o seu fim. Tudo isto entronca num processo totalitário que foi travado em 25 de novembro por ação dos partidos políticos PS, PSD e CDS, de militares moderados e, sobretudo, do povo que aqui no Norte deu um raro exemplo de resistência. Decorridos 52 anos, importa reunir todos num projeto novo nacional, na defesa de uma identidade renovada, na perspetiva do futuro, não deixando de fora os portugueses espalhados pelo mundo e os povos de língua portuguesa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, reporto-me agora, ainda que sumariamente, ao plano regional. Parece-me legítimo questionar se os três “D” inscritos no programa do MFA foram todos cumpridos. A resposta é, obviamente, negativa no que toca ao nosso concelho ou ao Nordeste Transmontano, sempre pobre, mas não subserviente, como alguém afirmou, sendo de mediana evidência que falta cumprir, e de que maneira, o “D” do desenvolvimento.

As assimetrias entre o litoral e o interior são gritantes e notórias, eloquentemente reveladoras de uma injusta e inaceitável discriminação no plano económico e, sobretudo, nos planos cultural e social. Mas, se já é grave que pouco ou quase nada nos deem, é inadmissível, verdadeiramente aberrante, que nos tirem ou roubem, se quiserem, aquilo que nos foi legado pelos nossos maiores.

A título de exemplo, importa lembrar o que se verificou com a Linha do Tua, porventura a mais bela da Europa, cuja destruição foi efetuada de forma subtil, paulatinamente, começando por se abandonar a manutenção, para que as composições circulassem a velocidades que não lhes permitiam cumprir horários, permitindo assim a opção pelo transporte rodoviário. A contrapartida, pasmem-se, foram duas pontas: a que liga Santulhão a Izeda e a da Brunheda. Aqui não há rigorosamente nenhum sentido de Estado.

Acresce o golpe dado na saúde, como que liquidando o Hospital de Mirandela, que hoje é um pobre remendo do que então era, com um argumento que eu vi como inaceitável: tinha de ser assim porque Mirandela não era capital de distrito. E daí? A Direção Regional foi sendo paulatinamente desmantelada. O Complexo Industrial do Cachão, obra de um homem que se chamava *Camilo de Mendonça* e que dava trabalho a cerca de mil pessoas, foi pulverizado. O que se descreve é intolerável e o certo é que nunca houve reação adequada, sendo que quem perdeu foi Mirandela e os mirandenses. Não sei bem quem ganhou.

O que é inequivocamente necessário, Senhor Presidente, é que Mirandela se erga, que acorde do torpor em que se afunda, para recuperar o orgulho de ser efetivamente a cidade-jardim que o Dr. *José Gama* criou. Todavia, a evidência com que nos confrontamos é que, onde antigamente surgiam obras a um ritmo assinalável, hoje florescem verdadeiras orgias de promessas não



cumpridas, declarações de intenção, que não é o mesmo que executar estratégias, como bem referiu uma Senhora Vereadora da Oposição em reunião de 12 de março.

Sendo certo que eleger é escolher, é apodítico que quem escolhe confia ao escolhido o governo da comunidade em que se integra. A arte de bem governar andou sempre ligada à arte da poupança, sendo certo que há coisas em que não vale a pena passar necessidades e desde logo nada se adianta em poupar nas ideias. Quando existem, há que usá-las, o drama é que escasseia. E, como ouvia a um mestre de Ciência Política: *“governar, quem quer governa; governar bem, só quem sabe”*.

Dá a impressão de que alguns poderes se esmeram em, ao mesmo tempo, dizer o que é justo, pensar o que é útil, mas fazer o que lhes convém. Fica tudo um pouco equívoco no domínio dos princípios, mas coerente no domínio dos interesses. Se Mirandela, como alguém disse, mereceu os favores de uma natureza pródiga, que lhe ofereceu, além do mais, o Rio Tua, que no seu percurso bordeja uma paisagem verdadeiramente paradisíaca, o certo é que deixou à capacidade e vontade dos Homens fazerem o resto. Isto é, torná-la um local onde fosse aliciente viver e, mais do que isso, onde os seus filhos tivessem a possibilidade de se fixar.

Todavia, aquilo que a nossa perceção alcança não permite alimentar a esperança de que os Homens, como alguém me referiu, nascidos portugueses e simultaneamente transmontanos, tenham capacidade para fazer o resto, que é muito, isto é, aquilo que contribui para a melhoria da qualidade de vida, devolvendo e respeitando a dignidade que as pessoas inegavelmente merecem. Esta descrença tem o seu sustentáculo numa estranha postura de apatia e passividade do poder político, que cede facilmente ao poder central.

Senhor Presidente, apesar das palavras liberdade, democracia e justiça social estarem permanentemente na boca dos políticos, como é meridianamente evidente, o certo é que cada vez há menos paz no mundo, menos justiça, menos ética e cada vez se acentua mais a distância entre o real e o apregoado, distância que é um autêntico abismo. O abismo que separa a paz apregoada da paz real, a justiça proclamada da justiça efetiva e a vida prometida da vida sofrida. Não obstante, há que manter um sentimento de esperança. Como diz a poetisa Sarah Young: *“a esperança é o poder ser alegre em circunstâncias que sabemos serem desesperantes”*.

O 25 de Abril, que hoje aqui celebramos, é seguramente sinónimo de liberdade. Todavia, a liberdade não pode ser uma mera palavra, cada vez mais maltratada, assistindo-se a um verdadeiro retrocesso civilizacional, mas algo mais que tenha expressão prática na vivência de cada um e encontre a sua manifestação mais eloquente, sobretudo, no integral respeito pela liberdade do outro. Não há liberdade quando alguém coarcta a liberdade do outro. O 25 de Abril não aconteceu para isso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, são cada vez mais longos, estreitos e penosos os caminhos que conduzem ao futuro que ambicionamos para os que nos seguem: os nossos filhos, netos e bisnetos. Este mundo está perigosamente em mudança, oferecendo-nos implacavelmente a imagem do desastre. Dir-se-ia que está entregue a meia dúzia de loucos. De facto, as imagens que entram nas nossas casas são de autêntico terror, destruição e morte. Uma verdadeira barbárie, onde a liberdade que se exercita é a de destruir tudo apenas por destruir, reduzindo a escombros cidades inteiras e matando indiscriminadamente crianças, mulheres e idosos, todos naturalmente inocentes e indefesos, que nenhuns males fizeram a ninguém.

A maior força que cada um de nós tem é a verdade e a convicção com que fomos capazes de a transmitir. Felizmente, nós vivemos em democracia. Democracia que não é conservadora, nem revolucionária, nem popular, nem elitista. Ou é democracia, ou não é coisa nenhuma.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Caros mirandelenses, celebramos hoje 52 anos de liberdade, mas o 25 de Abril não é apenas memória histórica, é responsabilidade, é compromisso e é exigência. A Revolução de Abril deu-nos liberdade, participação cívica, pluralismo político e direitos fundamentais, mas deu-nos também um dever: o dever de governar com visão, com estratégia e com resultados. A democracia vive de liberdade, mas consolida-se com decisões eficazes.

O Concelho de Mirandela conta atualmente com cerca de 21 mil habitantes, registando uma perda significativa de população na última década. A diminuição demográfica e o acentuado envelhecimento populacional constituem hoje um dos maiores desafios estruturais do nosso território. Este número não são estatísticas abstratas; são famílias que partem, jovens que não conseguem encontrar oportunidades para ficar, serviços que perdem massa crítica, comunidades que ficam cada vez mais fragilizadas.

O Plano de Recuperação e Resiliência trouxe uma oportunidade financeira histórica. Existem investimentos aprovados e projetos em curso. Contudo, importa perguntar, com toda a frontalidade: Existe uma estratégia integrada para combater a perda de população? Existe um plano estruturado de habitação que permita fixar jovens e famílias? Existe uma política consistente de valorização do setor agrícola e do regadio? Existe um reforço efetivo das políticas sociais para um concelho cada vez mais envelhecido?

Mirandela tem recursos naturais, tem capacidade agrícola, talento jovem e dinamismo associativo. O que necessita é de coordenação estratégica, metas mensuráveis e uma execução eficaz. As freguesias continuam a ser a linha da frente do poder local. A estabilidade financeira e o reforço das transferências são fundamentais para garantir a proximidade e a qualidade do serviço público. A democracia exige debate, exige divergência, mas exige também responsabilidade coletiva e compromisso com o desenvolvimento rural e real do nosso concelho.

Celebrar o 25 de Abril é recusar a resignação perante a perda de população e assumir que o futuro se constrói com decisões firmes, políticas e estruturadas. Celebramos hoje o 25 de Abril, a data que devolveu ao povo português aquilo que nunca deverá ser retirado: a liberdade, a dignidade e o direito de participar ativamente na vida democrática. Mas celebrar Abril não pode ser apenas memória, não pode ser apenas retórica; celebrar Abril exige coerência entre aquilo que se diz e aquilo que efetivamente se faz.

Num dia em que evocamos a liberdade de expressão e a participação democrática, não podemos ignorar decisões que se pretendem tomar nesta Assembleia Municipal. Refiro-me concretamente às alterações ao funcionamento dos trabalhos desta Assembleia,



designadamente à redução dos tempos de intervenção dos Deputados Municipais e à limitação do número de intervenções. Isto do “só nós é que sabemos e tem de ser feito assim” já devia ter terminado em Abril de 1974.

A liberdade de expressão, tantas vezes proclamada aquando da vitória do Partido Socialista nas Eleições Autárquicas de 2017, surge hoje em 2026 condicionada pelo próprio partido ao impor limitação à intervenção democrática neste Órgão. Aquilo que ontem foi bandeira política, hoje revela-se na prática uma contradição evidente. E não vale a pena escudarem estas decisões e estes argumentos por falta de organização ou de eficiência. Porque, quando se reduz o tempo da palavra, reduz-se o tempo da democracia; quando se limita a intervenção, limita-se a representação e quando se condiciona o debate, enfraquecemos a própria democracia.

Senhor Presidente, o que está aqui em causa não é apenas um regulamento interno, é a forma como se entende o papel desta Assembleia. Sendo esta a casa da democracia e do debate político, do contraditório e da participação, não deve este espaço ser redutor da liberdade de expressão, onde a palavra é gerida com critério político. E isto faz toda a diferença, porque os Deputados Municipais não estão aqui por favor; estão aqui porque se propuseram ao sufrágio através do voto secreto e foram eleitos, porque representam pessoas, freguesias e entidades concretas e quem representa o povo não pode ver a sua intervenção reduzida ao mínimo indispensável.

Senhoras e Senhores Deputados, Abril ensinou-nos que a liberdade não se negocia, não se reduz, não se condiciona. Não há Abril onde a palavra é reduzida a minutos. Não há democracia onde a intervenção é condicionada por conveniência. Não há liberdade onde o poder define até onde se pode falar.

Que este 25 de Abril seja um momento de compromisso efetivo com o futuro de Mirandela. Temos de continuar a honrar o 25 de Abril. Honraremos Abril com coragem política, honraremos Abril com estratégia, honraremos Abril com resultados.

Viva o 25 de Abril.

Viva o concelho de Mirandela.

Viva Portugal.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Senhor Presidente, hoje não quero falar de Abril somente como uma data. Data que devemos comemorar, data que devemos festejar, data que devemos lembrar, porque, para ser honesta, quanto mais leio, quanto mais ouço, inclusivamente nesta Assembleia, nos últimos anos, mais me pergunto: o que é que resta, após os vários discursos, quando saímos desta sala?

De facto, nesta Assembleia Municipal, aquando das Comemorações do 25 de Abril, sempre ouvi diferentes vozes para o mesmo 25 de Abril. Vozes que pregoam palavras, muitas palavras, ano após ano: liberdade, justiça, igualdade, esperança, progresso, entre tantas outras.

De facto, disse *Júlia Rodrigues*, então Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, em 2023: “Comemorar Abril é expressar palavras que o representam: comemoração, festa, luta, revolução, transformação, solidariedade, vontade, mudança, esperança, futuro, progresso, desenvolvimento. E, da nossa parte, continuaremos a assumir, no poder local de Abril, as nossas responsabilidades e o nosso sonho.”

Também o Senhor Deputado Municipal *Hernâni Moutinho*, ainda em 2023, dizia: “Parece, de facto, útil recordar o passado mais distante, tarefa que se impõe sobretudo àqueles a quem cabe fazer a história, que entendem de ver existir um certo distanciamento em relação aos factos históricos, sendo que, no caso, já decorreram 49 anos e a história só será bem feita se não faltar a coragem para passar o testemunho, havendo exemplos que devem repetir-se e erros que devem evitar-se.”

Já na Assembleia de 25 de Abril de 2024, o Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto* dizia: “Estabeleceu-se o salário mínimo nacional, os aumentos dos salários, a atualização das pensões e o abono de família, a redução dos horários de trabalho, a criação do subsídio de desemprego, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o subsídio de férias, o subsídio de Natal e o estabelecimento para as mulheres da licença no período de maternidade, a limitação das rendas, o direito à greve e à habitação. Institucionalizou-se o poder local democrático. Conquistou-se o acesso e a democratização da cultura. Combateu-se o analfabetismo.”

Voltando ainda à Assembleia de 2023, expôs o Senhor Deputado Municipal *José Carlos Teixeira*: “Precisamos de educar os nossos jovens para os valores da democracia. Precisamos de lhes lembrar que as principais funções da democracia são a proteção dos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão. Precisamos de dizer aos jovens que a democracia, podendo não ser perfeita, ainda haverá muito a fazer, mas é o melhor de todos os sistemas políticos. Temos o dever de lhes transmitir que Portugal não era como o encontramos hoje e tal facto deveu-se, inegavelmente, à Revolução dos Capitães de Abril e às conquistas subsequentes.”

Também em 2025, o Senhor Deputado Municipal *Virgílio Tavares* dizia: “Foi nas autarquias locais que se implementaram algumas alterações que se traduzem numa participação direta dos eleitores. É com as Juntas de Freguesia, nas Assembleias de Freguesia, e com as Câmaras Municipais, nas Assembleias Municipais, que o povo pode contar e a quem pode recorrer para exercer o seu poder, para manifestar os seus interesses, para apelar à melhoria das suas condições de vida.”

Também, ainda, o Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto*, em 2025, dizia: “É, pois, com muito ânimo e intento que encaramos os próximos anos. Enquanto agentes políticos, queremos muito continuar a fazer de Mirandela, de Trás-os-Montes e Alto Douro, um lugar de esperança, de solidariedade, de prosperidade e de paz. Um lugar onde todos os que aqui moram se reconheçam nestes valores e gozem de uma condição de vida digna.”

Finalmente, também em 2025, o Senhor Presidente da Câmara de Mirandela, *Vítor Correia*, disse: “É também aqui que o poder local assume uma centralidade inquestionável, porque é no território que se constrói a confiança, é na proximidade que se legitima a democracia, é através da coesão, da inclusão e do investimento em qualidade de vida que se ergue a cidadania plena.”



Mirandela tem dado provas disso. Temos procurado, com responsabilidade e equilíbrio, criar um concelho onde a paz social é mais do que a ausência de conflito. É a presença ativa de condições para viver com dignidade, onde há investimento nos equipamentos públicos, apoio às freguesias, atenção às crianças e aos idosos, estímulo ao tecido económico e valorização da nossa identidade cultural.”

Estas são palavras belas, poéticas até, e que falam de conquistas reais. Isso ninguém pode negar. De facto, conquistámos direitos, conquistámos dignidade no trabalho, conquistámos acesso à saúde, à educação, à participação democrática. Conquistámos o poder local. Este espaço onde hoje estamos, é certo. Mas quanto mais certeza tenho disto, mais inquieta fico, porque falar de Abril, humildemente penso eu, é fácil. Difícil é senti-lo, é transmiti-lo, é dignificá-lo e é aí que começam as minhas perguntas.

Será que a liberdade reclamada em 1974 é a mesma liberdade que faz sentido reclamar hoje, em 2026? O que muda e avança a cada 25 de Abril que se comemora? Será que estas palavras, liberdade, igualdade, dignidade, são hoje ditas com o mesmo significado de 1974? Com a mesma força, com a mesma vontade, com a mesma dimensão social e política? Ou tornaram-se simplesmente palavras que repetimos, repetimos, repetimos, ano após ano? Somos hoje uma sociedade mais livre ou apenas mais permissiva? Mais responsável ou apenas mais exigente com os outros e menos connosco? Mais participativa ou apenas mais crítica e sem compromisso? E é isto que me inquieta, porque, apesar das palavras que têm vindo a ser ditas, continuo a ver muitos caminhos por fazer, muitos direitos por proteger, muitas desigualdades, muitos concelhos como o nosso que precisam de mais proximidade, mais coesão, mais visão e mais coragem política.

Cresci a ouvir falar do 25 de Abril aos meus avós, aos meus pais, aos meus vizinhos, aos meus professores e a todos como aquele momento perfeito da nossa História. Mas hoje, e correndo o risco de ninguém dar por isso, podemos estar a transformá-lo apenas em discursos certos, numa comemoração elegante e vistosa, mas que nada muda, nada transforma, nada agita. E Abril não pode ser só isto. Abril é incómodo. Abril é conquista, também de saber, de interesse e cultura. Abril é desconfortável, é ousadia, é luta, é inquietude. Abril é, acima de tudo, coragem. E nós habituámo-nos aos discursos certos, sem questionar, sem lutar e sem intimar aquilo que faz falta.

É, de facto, habituar-nos a perdas silenciosas: serviços que desaparecem, estruturas que perdem força, emprego que não existe, habitação insuficiente. E nós, aqui em Mirandela, sabemos disso, mas talvez o problema seja esse: habituámo-nos e acomodámo-nos. E isso tem consequências.

Isso não é Abril, Abril não é conformismo, é coragem de pensar e fazer diferente. E, talvez hoje, não seja para mim suficiente terminar este texto com as palavras de todos e de sempre: “Viva o 25 de Abril, viva a Liberdade, viva Mirandela, viva Portugal.”

Talvez hoje, para mim, seja mais importante dizer nesta Assembleia aos mirandelenses: É urgente recuperar a memória para não esquecermos o que Abril significou. Igualmente urgente é reconquistar a coragem para não nos acomodarmos ao que existe. É urgente recuperar a respeitabilidade para fazermos da liberdade uma realidade concreta.

E termino com um apelo simples, mas exigente, como o 25 de Abril de 1974: Que não percamos a capacidade de questionar. Que não percamos a coragem de exigir mais. Que não percamos, sobretudo, a vontade de fazer diferente, porque Abril não é só aquilo que aconteceu, é aquilo que fizemos acontecer.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Senhor Presidente, permita-me que, antes de começar, evoque uma pessoa de Mirandela que já partiu, mas que era querida por todos e um abrilista convicto, que era o Senhor *Augusto Carolino Carvalho*. E por ser conhecido por todos como o “Tio *Augusto*” e um abrilista convicto, eu gostaria de pedir uma salva de palmas.

Há datas que não envelhecem, há datas que não ficam para trás, antes caminham connosco, atravessam gerações, moldam decisões e obrigam-nos a pensar. O 25 de Abril é uma dessas datas. Não é apenas o dia em que caiu uma ditadura. É o dia em que o povo recuperou a sua voz. É o dia em que Portugal deixou de viver com medo. É o dia em que a liberdade deixou de ser um privilégio e passou a ser um direito. Isso é inegável. Mas, passados mais de 50 anos, já não basta celebrar, é preciso avaliar o que fizemos com essa liberdade, o que fizemos com essa democracia e, sobretudo, o que fizemos com essa promessa de um país mais justo.

Se olharmos para 1974, o país era profundamente desigual. O interior, Trás-os-Montes, Mirandela, vivia com muitas limitações e limitações muito severas, direi. Mas também é verdade que, desde então, houve conquistas reais. Na educação, por exemplo, a transformação foi profunda. Antes do 25 de Abril, o acesso ao ensino era limitado, desigual, muitas vezes condicionado pelo território.

Hoje temos ensino superior em Vila Real, em Bragança, em Mirandela e em várias cidades do interior. Temos mais qualificações, mais oportunidades, mais mobilidade social e isso é uma vitória inequívoca de Abril. Mas há uma pergunta que não se pode evitar: qualificámos pessoas, isso é inegável, mas conseguimos fixá-las? Pergunto eu, porque aquilo que vemos hoje é um paradoxo. Temos mais conhecimento, mais formação, mais capacidade, mas continuamos a perder população. Mirandela é disso um exemplo claro.

Na década de 70, o concelho tinha cerca de 28 ou 29 mil habitantes e hoje tem pouco mais de 21 mil. Nos últimos 10 anos perdeu mais de 2400 pessoas, isto é, mais de 10% da sua população em apenas uma década. Temos hoje menos população do que tínhamos há 50 anos e um terço dos habitantes que temos têm mais de 65 anos. Isto não são apenas números, são jovens que partiram, são famílias que se dividiram, são territórios que se esvaziaram lentamente ou que se esvaziavam. E isto deve fazer-nos pensar a todos: temos mais liberdade, temos mais direitos, temos mais qualificações, mas temos menos gente, isso é um facto.

Se olharmos para a agricultura, o contraste é ainda mais evidente. Em 1974, uma grande parte da população dependia do setor primário. Era uma agricultura intensiva em mão de obra, menos mecanizada e menos produtiva. Hoje essa realidade mudou. Há menos pessoas na agricultura, mas há mais tecnologia, mais mecanização, mais eficiência. Produz-se mais com menos gente e isso é um progresso inegável. Mas esse progresso, como tudo, teve efeitos colaterais: libertou mão de obra que o território não



conseguiu absorver. E quando não há alternativas, as pessoas saem, vão embora, não conseguem cá trabalhar, não conseguem cá viver.

E aqui chegamos a um ponto central desta minha intervenção: o desenvolvimento não acontece por acaso, nem aqui nem em lado nenhum; precisa de estratégias claras. Uma visão precisa de decisões certas, nos momentos certos, no tempo certo. E é aqui que entra um exemplo que todos conhecemos bem: o Cachão. Durante anos e anos falou-se da sua revitalização, vezes sem conta. E quando já estava meio esquecido, surge do nada o “fantasma” novamente nas campanhas de 2017 e 2021.

Apresentaram-se apenas intenções; projetos nem vê-los e candidaturas muito menos, mas há uma verdade que tem de ser dita com serenidade e clareza: o tempo não volta para trás e o povo também sabe disso. Por vezes nós é que nos pomos a jeito. O modelo económico que sustentou o Cachão já não existe, é uma utopia. As condições que lhe deram origem já não são as mesmas e insistir nessa ideia foi, no mínimo, alimentar expectativas que bem se sabia serem extremamente difíceis de concretizar.

Enquanto se alimentava essa narrativa, foi-se adiando o essencial, foi-se adiando uma verdadeira estratégia de futuro para o nosso concelho, porque aquilo que o concelho precisa não é de recuperar o modelo do passado, é de construir um modelo de futuro, um modelo para o futuro e esse modelo passa claramente pela localização.

Já a sabedoria popular o dizia, através de um provérbio que passo a citar: *“Diz-me o que tens, onde tens, e dir-te-ei o que vales.”* Mirandela tem uma vantagem estratégica de que muitos não se podem orgulhar e não pode continuar a ser ignorada: a A4 e a centralidade que efetivamente Mirandela tem. Podemos dizer que estamos longe do centro da Europa; efetivamente estamos, somos dos países mais afastados do centro da Europa. Ou, por outro lado, também podemos dizer que somos a porta de entrada de Portugal na Europa. Isso é evidente, ninguém o nega.

Podemos dizer que estamos afastados ou podemos dizer que estamos ligados às principais rotas de circulação de mercadorias com a Europa. A verdade é esta e não há como negá-la: a A4 é hoje um eixo fundamental na ligação de Portugal ao espaço europeu. E é aqui que esta oportunidade surge ou deveria surgir. O concelho deve apostar numa nova zona industrial junto ao nó da A4 o quanto antes, amanhã será tarde e já não vamos a tempo.

Uma zona pensada para logística industrial, para transporte, para distribuição, direi mesmo até com lotes grandes e muito grandes, para poder atrair investidores. Uma zona preparada para atrair investimento real, porque é isso que faz a diferença. Não são as promessas, não são as intenções; é a visão estratégica que faz a diferença, é a antecipação, é criar condições concretas para quem cá vive e para quem cá quer investir. E aqui temos de ser claramente muito exigentes, não podemos continuar a perder tempo com soluções que não sabemos se são viáveis.

Cada ano sem estratégia é um ano perdido na captação de investimento, na criação de emprego, na fixação de população. O Cachão merece-nos respeito pela sua história e pelas suas gentes e pouco mais do que isso. O futuro de Mirandela não se constrói a olhar para trás, constrói-se com base nas oportunidades de hoje, com a cabeça alta e a olhar para a frente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há um outro problema que não podemos ignorar: a forma como o país se organiza. E aqui temos de falar de descentralização. Sim, tem havido transferências de competências, isso é inegável. Mas, muitas vezes, não há uma verdadeira autonomia com essas transferências.

Há transferências de responsabilidade sem garantia estável de funcionamento e de financiamento. Sabemos que nos passam competências, mas não nos passam os pacotes financeiros associados a essas competências. Dependemos dos governos, de ciclos políticos e, demasiadas vezes, de alinhamentos partidários e isso fragiliza o sistema. Por isso, defendemos convictamente um modelo de regionalização, sem qualquer hesitação.

Precisamos de regiões com capacidade de decisão, com escala e com estratégia própria, porque enquanto tudo depender do centro, o interior continuará dependente. Mas também temos de olhar para dentro, para a forma como as instituições funcionam. Ao longo dos anos foram-se criando práticas que não ajudam a credibilizar a política. Quando concursos nos levantam sérias dúvidas, quando o mérito não é evidente, quando as instituições funcionam por ciclos, direi mesmo até por camadas *“ora agora tu, ora agora eu”*; não podem, as autarquias não conseguem aguentar este funcionamento em camadas. E refiro isto das camadas por cada ciclo político que passa pelas autarquias.

Isto tem de acabar e isso deve preocupar-nos a todos, sem exceção. A frase não é minha, mas fica sempre bem dizê-la, porque a democracia também se mede pela qualidade das suas instituições. Também aqui neste plenário, nesta Assembleia e permitam-me que seja claro, com elevação, mas com a firmeza institucional que o assunto me merece: a democracia que hoje celebramos não se esgota no direito de falar. Construiu também regras de representação, construiu legitimidade política e construiu equilíbrio entre maiorias e minorias.

Os Membros desta Assembleia são eleitos pelo povo e estão aqui porque foram sujeitos ao método de *Hondt* e esse método deu-lhes o direito de aqui estarem hoje, com o voto do povo. Isso não é um detalhe técnico, é a forma como a vontade popular se transforma em representação política. E essa representação faz-se através dos grupos municipais que aqui estão. Quando o líder de uma Bancada intervém, não fala em seu nome pessoal, fala pela Bancada que aqui representa, que é o que aqui estou hoje a fazer. Fala em nome de um grupo parlamentar legitimado pelo voto. O debate pode ser firme, o debate deve ser exigente, mas não pode ser pessoal.

O Senhor Presidente tem uma função muito exigente de garantir o equilíbrio, garantir a imparcialidade, garantir respeito por todas as posições, sem exceção. Sabemos que não é fácil, mas é esse o seu papel e é essencial que o faça bem, porque quando esse equilíbrio falha, todos perdemos: perde a Assembleia, perde o debate e perde a confiança.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o 25 de Abril não nos pede apenas memória, pede-nos responsabilidade, porque a liberdade não é apenas poder falar; é poder ficar, é poder escolher viver aqui, neste território, no concelho de Mirandela. É ter condições para construir aqui o futuro. E hoje sabemos que o país continua desequilibrado, sabemos que o interior continua a perder e sabemos que sem investimento não há futuro. Perante tudo isto, a pergunta já não é teórica nem retórica, é mesmo muito concreta: o que vamos fazer, aqui e agora, para inverter esta realidade?

Termino com uma ideia. Abril abriu portas, é verdade, é inegável. Mas essas portas não podem estar abertas apenas para alguns e para alguns territórios. Têm de estar abertas para todos, também para o interior, também para Trás-os-Montes e também para



Mirandela, porque a democracia só é completa quando chega a todo o lado e a liberdade só é verdadeira quando ninguém fica para trás.

Não basta proclamar a liberdade, é preciso concretizá-la na vida das pessoas e é precisamente isso que não conseguimos garantir em todo o território por igual.

Viva a liberdade.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Ao comemorarmos a passagem de mais um Aniversário do 25 de Abril de 1974, recordamos a coragem dos militares do Movimento das Forças Armadas que puseram fim a 48 anos de regime ditatorial autoritário do Estado Novo, que criaram as condições basilares para a implementação da democracia plena e participativa.

Recordamos o fim da guerra colonial, a restauração das liberdades cívicas, políticas e de expressão, o aparecimento de novas forças políticas e o fim da perseguição e da legalização de outras, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados ao país.

Comemorar Abril é também comemorar 50 anos das primeiras eleições com sufrágio universal, livre e pluralista após o Estado Novo e, por sua vez, comemorar os 50 anos da Constituição de 1976, comemorar as primeiras eleições legislativas regulares e também as primeiras eleições autárquicas já ao abrigo da Constituição, realizadas, respetivamente, a 25 de Abril e 12 de dezembro de 1976.

Senhoras e Senhores Deputados, comemorar Abril nesta Sessão Solene, aqui neste plenário é, antes de mais, ter a honra de defender a democracia com respeito pelo pluralismo das ideias, com sentido de missão e com a convicção de que o futuro se constrói com debate e compromisso sério para com os cidadãos.

Comemorar Abril é, acima de tudo, exercer em pleno a liberdade que nos foi devolvida: a liberdade de pensar, de analisar de forma crítica e de avaliar, de forma contextualizada e partilhada, o caminho percorrido pelo país, à luz dos três grandes desígnios inscritos na Revolução, democratizar, desenvolver e descolonizar, e o modo como estes marcaram Portugal e também a nossa região.

No domínio da democracia, Portugal atingiu há muito a sua maturidade. Esse percurso é hoje visível em muitos indicadores: no respeito pelo Estado de Direito, na separação e fiscalização de poderes, na garantia das liberdades fundamentais e na igualdade de todos perante a lei. Mas celebrar Abril é também reconhecer que a democracia é um processo em permanente construção. Por isso, devemos exigir uma justiça mais célere e eficaz, capaz de reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições e de tornar o país mais justo, mais coeso e também mais atrativo para o investimento e para o seu desenvolvimento.

Falar de democracia é falar, inevitavelmente, de transparência, de integridade e de um compromisso permanente com a prevenção e o combate à corrupção. A solidez de um regime democrático mede-se pela clareza com que o poder é exercido, pela honestidade de quem governa e quem dirige as instituições públicas e pela capacidade de tornar decisões compreensíveis e escrutináveis por todos os cidadãos.

Neste domínio, importa assinalar que, desde 2021, o Estado português deu passos relevantes com a aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 e com a criação do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC). Ainda assim, os desafios persistem. Portugal tem vindo, nos últimos anos, a perder posições no Índice de Perceção da Corrupção, ocupando hoje o 46.º lugar entre 182 países, sinal claro de que a confiança nas instituições exige um esforço contínuo, coerente e determinado.

Celebrar Abril é também reconhecer estas fragilidades e afirmar, com responsabilidade, que a democracia se defende todos os dias com mais transparência, mais ética pública e maior exigência na governação. É imperativo que se prossiga, com determinação, o trabalho preventivo de elaboração e implementação dos planos de prevenção da corrupção e das infrações conexas na Administração Pública assegurando, simultaneamente, as condições técnicas e administrativas indispensáveis para que o Tribunal de Contas e o próprio MENAC possam exercer uma auditoria eficaz, rigorosa e transparente aos processos. Só assim será possível reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Do mesmo modo, urge pôr-se termo ao permanente clima de suspeição que recai sobre a idoneidade, a ética e a transparência dos agentes políticos, antes e após o exercício de funções públicas, através da criação ou revisão de um quadro normativo claro, objetivo e compreensível para todos. Porque celebrar Abril é também afirmar, sem ambiguidades, que sem transparência não há democracia plena, não há confiança e, sem confiança, não há desenvolvimento.

Ao longo dos últimos 52 anos, e de forma particularmente expressiva após a adesão às Comunidades Europeias e à moeda única no final da década de 90, Portugal soube afirmar um percurso de desenvolvimento. O país soube mobilizar os recursos disponíveis para promover o crescimento económico, criar emprego, aumentar a produtividade e diversificar a sua base económica, ao mesmo tempo que reduziu desigualdades sociais e reforçou direitos fundamentais.

Garantiu-se o acesso universal à educação, à saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e à proteção social. Alcançaram-se ganhos significativos em eficiência administrativa, prosperidade económica e, ultimamente, com o pela sustentabilidade ambiental, num quadro de estabilidade social e institucional. Importa, contudo, não esquecer que este caminho não esteve isento de dificuldades.

Portugal foi chamado a programas de assistência financeira em três momentos distintos: 1977, 1983 e 2011, episódios exigentes que colocaram à prova a coesão nacional. Ainda assim, o país demonstrou, uma vez mais, a sua resiliência, honrando os compromissos assumidos e retomando, com responsabilidade, o rumo do crescimento e da estabilidade económica e financeira.

Se, numa Europa a 15, Portugal ocupava os últimos lugares em termos de PIB per capita, hoje, entre os 27 Estados-membros da União Europeia, situa-se na 18.ª posição. Apesar do progresso alcançado, o país mantém ainda um atraso estrutural face aos países do centro e norte da Europa, enfrentando hoje, e no futuro próximo, desafios exigentes que carecem de respostas consistentes.

Desde logo, a dificuldade em fixar jovens qualificados, o acesso à habitação, condicionado quer pela escassez da oferta, quer pelos elevados preços praticados nas grandes áreas urbanas, os níveis persistentemente baixos de produtividade do trabalho e, por consequência, as baixas remunerações. A estes somam-se a carência de mão de obra em setores essenciais, como a agricultura, a restauração e outros serviços, bem como a falta de trabalhadores especializados em áreas como a construção civil.

Os dados demográficos mais recentes revelam que, embora a população residente em Portugal tenha registado um ligeiro crescimento impulsionado pela imigração, persistem problemas estruturais de envelhecimento e baixa natalidade. No caso particular da região de Trás-os-Montes, verifica-se uma perda de cerca de 9% da população, tendência que o Concelho de Mirandela acompanha. As estimativas mais recentes indicam que o decréscimo demográfico continua, ainda que a um ritmo mais lento, não sendo visível, para já, uma estabilização populacional. E importa não esquecer um dado revelador da dimensão deste desafio: em apenas meio século, esta região perdeu cerca de metade da sua população.

Senhoras e Senhores Deputados, os números são claros e preocupantes. A democracia conquistada em Abril exige hoje, mais do que nunca, políticas públicas consistentes e continuadas de coesão e desenvolvimento territorial, capazes de enfrentar a desertificação do interior, valorizando as pessoas e os recursos endógenos de cada região. Compete ao Estado organizar-se de forma eficiente, criando as condições necessárias para promover um desenvolvimento económico e social equilibrado, que não deixe territórios nem cidadãos para trás.

Quanto à regionalização, consagrada na Constituição da República Portuguesa, ela continua, no que respeita ao território continental, apenas na letra da lei fundamental. Paralelamente, assistimos à implementação de um novo modelo de administração pública, no qual o Estado Central transfere e delega competências para o poder local, para as CIM's e para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Trata-se de um processo em curso, cujos impactos e resultados apenas poderão ser avaliados com rigor daqui a alguns anos.

A delegação de competências, acompanhada do respetivo envelope financeiro, constitui, à partida, um instrumento relevante de descentralização administrativa e de reforço da autonomia do poder local. Este modelo, ao aproximar eleitos e eleitores, pode facilitar a governação e a adequação das políticas públicas às realidades locais. Contudo, não está isento de riscos. No futuro, poderá não assegurar a universalidade nem a igualdade na prestação de serviços públicos de qualidade a todos os cidadãos.

Com efeito, uma vez que as verbas transferidas não poderão ser consignadas a serviços específicos, mas apenas integradas globalmente nos orçamentos municipais, ficam sujeitas às opções políticas e à execução orçamental de cada executivo local. Tal circunstância pode conduzir a tratamentos diferenciados entre concelhos e regiões, com particular impacto negativo nos municípios com menor capacidade financeira, aprofundando assim desigualdades territoriais.

Por outro lado, a desconcentração de competências nos conselhos diretivos das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional poderá não ser, por si só, suficiente para garantir uma efetiva autonomia administrativa e de gestão. Estas estruturas continuam subordinadas à hierarquia, direção e controlo do poder central nas diversas áreas tuteladas, o que limita a sua capacidade de decisão autónoma.

Acresce ainda que, no que respeita à localização territorial, ao modelo de composição dos seus órgãos e à própria estrutura organizativa interna, existe o risco de não se assegurar uma representação equilibrada e uma participação efetiva das populações residentes nos territórios mais fragilizados do ponto de vista demográfico. Tal poderá comprometer o modelo de governação, a eficácia da execução das políticas públicas e, sobretudo, a promoção de uma verdadeira coesão territorial, correndo-se o risco de falhar na criação das condições necessárias à fixação e valorização das populações no interior.

Senhoras e Senhores Deputados, é hoje amplamente reconhecido que a integração, em 2023, da antiga Direção Regional de Agricultura, a CCDDR-N, teve impactos negativos na economia local. Contudo, o risco torna-se ainda mais grave caso a cidade de Mirandela não consiga recuperar o seu papel de referência e de âncora no domínio dos serviços ligados à agricultura.

A redução do número de unidades orgânicas sediadas em Mirandela, sem a adoção de medidas compensatórias que mitiguem os seus efeitos, representa um prejuízo significativo para a região e para o interior do país. Tal opção traduz-se no afastamento de pessoas e competências, na fragilização do tecido institucional local e na possível deslocalização de entidades e serviços que se fixaram na cidade precisamente por existir uma estrutura âncora. Essa âncora, hoje enfraquecida, deve ser restaurada e valorizada como pilar essencial do desenvolvimento agrícola regional.

Neste sentido, fazemos votos para que sejam atribuídos a Mirandela e à região novos serviços da CCDDR-N, de forma a compensar, de modo proporcional, a perda das anteriores unidades orgânicas ligadas à administração e ao planeamento. Tal permitirá, aliás, dar plena concretização ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, que determina a integração das Direções Regionais de Agricultura e Pescas nas CCDDR's, mantendo nas respetivas estruturas unidades orgânicas regionais, designadamente Mirandela.

Por tudo isto, importa assegurar que o modelo organizativo das CCDDR's concretize uma governação verdadeiramente desconcentrada e próxima dos territórios, sem cair na tentação de centralizar estruturas e decisões a um nível ainda mais distante do que aquele que existia no próprio Estado Central. Aliás, no domínio da agricultura, o Estado português deu, durante décadas, um exemplo positivo de descentralização e desconcentração administrativa, um modelo que não deve ser desperdiçado, mas antes valorizado e recuperado como referência para o futuro.

Importa também recordar que um dos grandes motores do desenvolvimento do interior tem passado pela instalação de escolas deslocalizadas, associadas a universidades e politécnicos, estratégia que tem desempenhado um papel decisivo no combate à litoralização dos serviços e à fixação de pessoas e de conhecimento nos territórios.

Senhoras e Senhores Deputados, o 25 de Abril de 1974 assume-se como um marco decisivo na história de Portugal, ao provar que a luta pela liberdade e pela dignidade humana pode superar obstáculos que pareciam intransponíveis.

A Revolução não só restituiu o direito à autodeterminação e às liberdades fundamentais, como permitiu profundas transformações da sociedade, com a construção do Estado Social, com a criação do SNS em 1979, com a universalização da Segurança Social e com a forte expansão do sistema educativo. A adesão às Comunidades Europeias, em 1986, marcou um novo ciclo de desenvolvimento e convergência, impulsionando reformas orientadas para a eficiência, a racionalização e a modernização administrativa.



Ao longo das décadas seguintes, foram introduzidos processos de desburocratização, novos modelos de gestão de recursos humanos, autonomização de serviços e institutos públicos, bem como a empresarialização de entidades do setor público. Paralelamente, o Estado recorreu a parcerias público-privadas e a acordos com o setor social para a gestão de ativos públicos e para a prestação de serviços, por via da delegação de competências, procurando responder a desafios crescentes de eficácia, sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Este percurso demonstra a capacidade do país para se reformar, adaptar e evoluir. Contudo, celebraremos verdadeiramente Abril apenas se essas reformas continuarem a ser guiadas pelos valores que estiveram na sua origem: justiça social, igualdade de oportunidades, proximidade ao cidadão e coesão territorial. Reformar o Estado não é apenas reorganizar estruturas, é assegurar que o desenvolvimento chega a todo o território, que ninguém fica para trás e que a Administração Pública permanece um instrumento ao serviço da democracia, da liberdade e do bem comum.

Senhoras e Senhores Deputados, *José Saramago* lembrou-nos que “*somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos*”. Que a memória de Abril nos guie e que o futuro de Mirandela, da região e do país nos una.

O futuro de Abril constrói-se quando defendemos os serviços públicos. Constrói-se quando garantimos que a organização do Estado não prejudica quem vive e trabalha no interior. Constrói-se quando esta Assembleia debate com seriedade e respeito. Constrói-se quando contribuímos para uma democracia local forte, participada e orientada para o bem comum, colocando Mirandela e a região acima das diferenças partidárias.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores, o 25 de Abril é memória, mas é sobretudo responsabilidade. É a lembrança de que a liberdade se defende todos os dias. É a certeza de que a democracia vive da proximidade, da transparência e da participação.

Que esta Assembleia continue a ser um espaço de diálogo e de serviço público, que cada mirandense sinta que Abril está presente nas decisões que tomamos e que nunca esqueçamos que a democracia é uma tarefa diária.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Liberdade.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

Na Sessão Solene da Assembleia Municipal que hoje marca as comemorações do 25 de Abril de 1974, não vou falar do período pós 25 de abril, propriamente dito. Repensar Abril, é também falar do período anterior a abril no nosso país.

Vou convidar-vos a fazer uma viagem ao passado, lendo um pequeno excerto de um livro que publiquei recentemente e que descreve vivências reais, contadas na primeira pessoa. Para alguns dos presentes, o que vou descrever não é novidade nenhuma. Para os mais jovens, poderá parecer ficção, mas não é. Espero não vos maçar muito com este meu relato, até porque é uma experiência pessoal, e salientar que não seria assim em todos os lugares, nem para todos.

Nasci nas Terras altas de Monforte e Rio Livre, que se elevam como uma sentinela na crista da cordilheira do Brunheiro, com vistas para a Galiza, Concelho de Chaves, na primeira década da segunda metade do século passado. Um lugar igual a tantos outros do nosso Trás-os-Montes e que aqui apenas serve de referência, com coisas más, coisas menos más e outras coisas que a sociedade e o tempo, na sua evolução, foram esquecendo. Mas, por ali, nesses tempos, o tempo era uma rotina de atrasos e avanços entre o viver e o sobreviver. O tempo era dividido pelo trabalho muito e descanso pouco, sem relógios.

Lá por casa, as preocupações dos mais velhos eram partilhadas ao serão, aonde então, ocupando os escanos laterais à lareira junto das demais crianças, fui constatando bem cedo, a calamitosa situação do meu país nas décadas de 60 e 70.

As infraestruturas eram quase inexistentes. Praticamente nenhuma aldeia de Trás-os-Montes tinha eletricidade, água canalizada e rede de esgotos. As estradas só eram asfaltadas nas principais vias, havendo localidades quem nem acessos tinham, apenas uns carreirões para carros de bois e carroças e que no inverno se tornavam praticamente intransitáveis. As ruas, apenas poucas empedradas, no inverno viravam autênticos ribeiros de lama só passíveis de transitar à custa de carradas de palha com que as entapetavam e com a qual, depois de se transformar em estrume, era convenientemente aproveitada para fertilizar as terras. Os telefones eram coisa rara, existindo normalmente apenas um, o público, no pequeno comércio de algumas sedes de Freguesias.

O comércio resumia-se aos géneros fora da produção local, como o petróleo, a massa, o açúcar e o arroz e era efetuado nos denominados “sotos”, que vendiam um pouco de tudo, mas de tudo muito pouco. O consumo era restrito dada a escassez de rendimentos, a inexistência de reformas, de subsídios e ainda porque, a agricultura era baseada na policultura exercida à base de técnicas ancestrais, não passando por isso de uma atividade de mera subsistência. A troca direta de produtos era vulgarmente usada e de enorme vantagem, dada a carência de moeda corrente e a dificuldade em lidar com o dinheiro.

A saúde era mais que precária. Se alguém se encontrava doente, era tratado com “ungentos”, chás e rezas. Nas situações mais críticas ou quando se não vislumbravam hipóteses de cura, era então mandado vir um “carro de praça” para levar o enfermo ao médico da cidade, mas apenas como o último tributo prestado pela família ao moribundo.

As crianças nasciam todas em casa, assistidas por “parteiras” mais ou menos duvidosas, sem que as grávidas fossem alguma vez observadas por qualquer médico. Caso algumas mães não produzissem o leite necessário, o problema era resolvido com a espontânea boa vontade de qualquer vizinha com criança em desmame, ou boa criadeira. Os miúdos, por questões de economia, eram amamentados até muito tarde e a desaleitação acontecia normalmente pela época das castanhas, dado ser produto em abundância e com o qual se produziam umas papas razoavelmente nutritivas. A percentagem de nados mortos era muito elevada e a mortalidade infantil assustadora.



A Educação era deficiente ou quase nula. No campo do ensino, a frequência escolar começava em meados do século a fazer-se sentir, fruto da consolidação da Escola Nacionalista e do Plano de Educação Popular de 1952 para combate ao analfabetismo, que era em 1960 de 42% média Nacional, mas superior a 60% em Trás-os-Montes.

Os filhos dos mais pobres, que cedo precisavam ajudar nas tarefas agrícolas e os meninos ciganos devido à sua vida nómada e falta de registos, fugiam completamente a esse projeto do Estado Novo, que tinha como principal objetivo, tal como foi idealizado por Salazar e seus pares, “ensinar a ler, escrever e contar, considerando-se estas competências suficientes para preparar os jovens para a vida futura”.

A carência alimentar era um flagelo. A fome, muitas vezes presente, era uma crua realidade, sendo a muita gente permitido sobreviver apenas à custa da caridade das casas agrícolas mais abastadas. Não obstante a grande quantidade de terras e gado, os maiores proprietários também sentiam dificuldades, pois a somar às despesas para alimentar os filhos, normalmente em grande número, mais os criados fixos e pastores, suportavam um “ror” de gente que se apresentava diariamente para ajudar nas tarefas, a troco da “côdea do pão”.

No campo económico, reinventava-se. Neste quotidiano pobre e tristonho, algumas façanhas eram dignas de nota. Nas pequenas aldeias os seus habitantes aprenderam necessariamente a ser quase autossuficientes, produzindo grande parte do que necessitavam para a subsistência e permitindo-se dessa forma, tal como os lobos, lutar pela sobrevivência.

No que dizia respeito à alimentação, criavam alguns porcos, galinhas e coelhos, para além dos produtos agrícolas que cultivavam nas parcas terras que detinham, muitas delas em pequenos espaços no meio das fragas. Reforçavam ainda a sua base alimentar com a caça das várias espécies selvagens, usando para o efeito armadilhas totalmente artesanais, como o laço, a aboiz, a esparrela, a buraca e uma ou outra espingarda de carregar pela boca.

O cereal, para além de ser semeado por eles, era também ceifado, malhado e moído, para depois de amassado e levedado se transformar em grandes pães, quando finalmente cozidos em fornos comunitários. Cada família cozia normalmente uma vez por mês, só quebrando este ritmo na época das cegadas e da arranca das batatas, que podia aumentar, bem como reduzir pela altura da Páscoa em que o pão era substituído pelo folar.

Os pães, com dimensões generosas, pesavam entre seis a sete “arráteis” cada. No dia do forno, como chamavam ao dia da cozedura, a maior parte desses pães era emprestado aos vizinhos e “tornado”, quando chegava a vez de cada um cozer os seus. Desta forma, todo o pão era sempre consumido fresco e molinho.

Do porco, para além dos presuntos que se salgavam e dos enchidos que se afumavam para se preservarem durarem o ano, tudo era criteriosamente aproveitado quer para a alimentação, quer para as mais diversas tarefas e utilidades. Com a gordura de menor qualidade fazia-se o sabão, com o pingo estrugia-se, guisava-se e barravam-se as torradas. Com o unto apaladava-se a sopa, temperavam-se os assados e complementavam-se quase todos os demais cozinhados. Uma parte do unto, tratado diferencialmente, depois de batido e misturado com azeite, era enrolado em grandes bolas envolvidas em palha, servindo posteriormente de lubrificante nos eixos dos carros de bois, na proteção do couro das botas e socos, bem como nas “sogas” e “molhelhas” dos bois.

Parte das roupas provinham da lã das ovelhas que, após a tosquia era esgadelhada, cardada, escardichada e posteriormente fiada para a manufatura de camisolas, carapuços e meias. Também se cultivava o linho, que depois de sujeito a cerca de vinte extenuantes tarefas era então transformado nos teares caseiros, produzindo toalhas, guardanapos, lençóis e as camisas de noite, que enquanto com pouco uso eram ásperas como lixa. Com a estopa, derivado mais grosseiro do linho, faziam-se as sacas, os tapetes e as mantas.

Como calçado, usavam-se normalmente os socos feitos de pau de amieiro e couro de bezerro, também produzidos totalmente no meio. Fabricavam-se dois modelos, os abertos para o verão e os fechados para o inverno.

A água provinha de “fontes de mergulho”, onde as mulheres muitas vezes por dia se dirigiam, transportando-a à cabeça em vasilhas de barro ou metal esmaltado, usando as denominadas “rodilhas” para melhor suportarem o seu excessivo peso.

O barbeiro, que só trabalhava nessa arte aos Domingos, era pago em géneros (cereal, batatas ou qualquer outro produto conforme a disponibilidade), tendo como referência que uma família média de quatro pessoas do sexo masculino, pagaria um alqueire de centeio por ano em troca do corte do cabelo periódico, mais o “fazer da barba” aos adultos uma vez por semana.

O Entretenimento era simplório, mas muito apreciado. Os homens jogavam ao fito, a bilharda e faziam alguns bailaricos. As raparigas limitavam as suas diversões aos serões da desfolhada do milho na expectativa do beijo do milho rei, aos jogos da macaca e da roda e porventura aos bailes, mas estes, apenas para as mais velhas e sob a severa vigilância das matriarcas.

Os bailes só aconteciam nos dias de festas e casamentos, abrilhantados quase sempre por dois músicos que tocavam bombo e concertina. Nos restantes festejos, a música provinha de um realejo, tocado muitas vezes por qualquer habilidoso que ao mesmo tempo dançava, sendo por tal feito o mais bafejado pela sorte na escolha do par.

Os petiscos à mesa, embora escassos, eram genuínos. Os tralhões em setembro que apanhados nas pescocceiras iam apaladar no pote os mscaros dos castanheiros. Os rojões no dia da matança, com um sabor, que só as “cevas” alimentadas com castanhas lhe confere. O cozido, pelo Carnaval, com pés e a orelheiras de porco fumados, acompanhados das sangueiras e dos enchidos de abóbora. Os galos fritos aos pedaços, que ainda no dia anterior haviam feito a limpeza das migalhas na grande cozinha da lareira. O queijo fresco e cremoso, tão próprio do leite das ovelhas serranas. As torradas de pingo acompanhadas de chá da flor do sabugueiro. O entrecosto de adobo grelhado e acompanhado de milhos. As batatas cozidas no pote, alvas e tão macias que nem precisavam acompanhamento. O milho tenro tostado na brasa. O toucinho rosado cortado fininho em cima de um “carolo” de pão centeio. E tantas, tantas, outras coisas.

A emigração para os diversos países europeus iniciava-se por essa altura. Muitos aventuravam-se no êxodo para França, Bélgica e Suíça procurando outras formas de vida, que faziam clandestinamente, a pulo, como se dizia na época, mas nem sempre bem-sucedidos. Não obstante, partiam com o coração a sangrar e voltavam sempre. Alguns mais tarde, outros, passado muito pouco tempo, preterindo aqueles países onde o desenvolvimento brilhava e a mesa era farta, às suas terras.

O Orgulho deste povo pela sua terra, apesar de tudo, era inabalável. Estas aldeias, pobres de riqueza e apenas ricas de nobreza, naquela que seria então a Província mais pobre de um dos mais pobres países europeus, gozavam, todavia, do amor maior e total

apego das suas gentes. Como escreveu *Miguel Torga*: “*ninho alto e agreste que transmite a elevação e a aspereza à casca e ao sabugo de quem ali nasce*”

Regressando ao presente. É verdade que nós, Transmontanos, carregamos às costas, a capacidade de resistir, a teimosia de não desistir, a rebeldia de não nos acomodarmos com a nossa sina e um enorme apego à nossa região, que persiste, que nos honra, que nos distingue. Mas também as lembranças, as lembranças do nosso passado, porque, para valorizarmos o presente, neste caso, há que lembrar o passado!

Como eu lembro, por exemplo, que aquando do meu ingresso na escola primária, já então naquela que era a maior e mais desenvolvida aldeia de Trás-os-Montes, Torre Dona Chama, algumas crianças ainda foram descalças, porque o calçado nunca lhe tinha sido acessível.

Ao descrever um pouco o que era a vida dos portugueses na década de 60 do século passado e nas zonas mais remotas do país, qual época medieval, enquanto toda a Europa já dava um passo à frente no desenvolvimento, mesmo após a segunda guerra mundial e voltando, de facto, aquilo que foi o êxito do séc. XX, eu pretendi lembrar que a revolução de 1974 impulsionou determinadamente a transformação deste país cinzento, subdesenvolvido e triste, apenas com os cofres cheios que o Estado então exibia, num país colorido, desenvolvido e reconhecido em todo o Mundo.

Trás-os-Montes, não fugiu à regra, se bem que continue na cauda dessa evolução em diversas áreas, talvez por causa da sua interioridade e/ou do seu pequeno índice populacional. A regra é velha: menos população é igual a menos votos e menos votos é igual a menos prioridades. Mas, cabe a nós e só a nós comunidade, o dever de invertermos esses desequilíbrios.

1º - Com um conjunto de ações de cidadania, que se tornam essenciais para o funcionamento democrático e a melhoria da qualidade de vida comunitária.

2º - Com participação política, mas uma participação plena que vá além do voto, englobando a intervenção direta no dia a dia da sociedade, à semelhança do que fazem os ilustres membros desta Assembleia Municipal.

3º - Agindo de forma ativa e coletiva. E agir de forma ativa e coletiva implica uma participação colaborativa da sociedade de uma forma una, responsável e empenhada, para se poderem alcançar objetivos comuns.

Estes atos de cidadania pela igualdade, são uma ação que todos temos a obrigação de desenvolver, porque é legítima, é justa, e dela depende o processo de mudança.

Agradecemos Abril, sempre, mas isso não implica deixarmos de reivindicar Abril por inteiro, porque nós, os transmontanos, somos tanto Abril, como os portugueses das demais regiões do nosso País,

Viva o 25 de abril.

Viva Portugal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, segue-se o Hino Nacional.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Mais uma vez, obrigado pela vossa presença. E assim terminamos esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para as Comemorações do 25 de Abril.

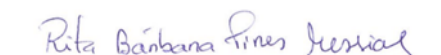
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 13 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Aida da Conceição Domingues Palas